

Ata da 8ª Reunião da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima ocorrida no dia 17/10/02, 14h00 no Ministério da Ciência e Tecnologia, Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala dos Conselhos, 2º andar.

### **1. Aprovação da Ata da 7ª Reunião da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima - MCT**

Ministro Ronaldo Sardenberg, Presidente da Comissão deu início à reunião aprovando a Ata da 7ª reunião.

Em seguida passou a palavra ao Ministro Everton Vargas, representante do Ministério das Relações exteriores

### **2. Relato sobre a Reunião Ministerial preparatória para a 8ª Conferência das Partes da Convenção realizada em Nova Delhi, Índia, dias 28 e 29 de setembro de 2002**

O ministro Everton iniciou dizendo que o trabalho dos Ministros está tendo um novo enfoque e isto é uma preocupação do governo indiano de evitar sobre tudo que os ministros europeus tenham uma participação excessivamente protagônica na direção dos trabalhos da COP e também permitir que ao se discutir temas como a avaliação do estágio da implementação da Convenção, a questão da Mudança do Clima e do Desenvolvimento Sustentável e a questão de futuro nas três mesas redondas, se comece a pavimentar um caminho que nos levará por volta de 2005 ao início das negociações do segundo período de cumprimento do Protocolo de Quioto.

Isto é uma questão extremamente politizada e extremamente sensível, Dr. Gylvan e eu em Delhi, procuramos mostrar que o Brasil não é infenso para discutir o futuro das questões de mudança do clima, mas que antes de tudo precisamos ter uma clara noção sobre como se implementará o Protocolo de Quioto e quem se comprometerá efetivamente em atingir as metas que estão previstas no Protocolo. Outra coisa importante é que nós não estávamos preparados para entrar numa discussão de futuro sem ter determinadas questões prévias resolvidas, como por exemplo, como vamos trabalhar o futuro, quais são as metodologias sobre a questão climática que têm que ser resolvida que tem que ser pensadas, Por exemplo, a proposta brasileira sobre responsabilidade pelo aumento da temperatura no planeta, estas questões todas precisam ser pensadas, trazidas ao estuário da discussão. Nesse sentido a Declaração de Delhi, vai assumir uma importância razoável porque uma das idéias que se discutiu na reunião foi a de deixar espaço para incorporação de dois ou três parágrafos que refletissem as discussões no âmbito das mesas redondas o que obviamente será uma questão de negociação sensível, mas que permitirá por outro lado que se evite colocar coisas muitas definitivas ou que atoplem futuramente o processo negociador. Justificou sua preocupação pelo fato de um delegado japonês num determinado momento de sua intervenção dizer: nós não temos que ser intelectualmente honesto em reconhecer que alguns países em desenvolvimento têm emissões muito maiores do que alguns países desenvolvidos que têm compromissos sobre o Anexo I, disse ter respondido de forma indireta, mas usando as mesmas palavras que precisávamos ser honesto em saber como ocorre a mudança do clima e como estão as responsabilidades neste setor, inclusive isto é uma questão que está sendo discutida e a proposta brasileira neste sentido é ilustrativa, além dos mais a própria Convenção prevê que países em desenvolvimento deverão ter suas emissões crescidas, quer dizer não têm nenhuma obrigação de redução de suas emissões, exatamente porque a sua primeira e absoluta prioridade é erradicação da pobreza e a promoção do desenvolvimento econômico.

### **3. Preparação para a próxima reunião da 8ª Conferência das Partes da Convenção a ser realizada de 23 de outubro a 1 de novembro em Nova Delhi, Índia**

Com relação à 8ª COP o Ministro Everton informou que a reunião iniciaria no dia 23/10 e terminaria no dia 01/11. Disse que alguns temas pareciam mais importantes, um deles diz respeito à questão das metodologias e que neste ponto entrava inclusive a questão da proposta brasileira, que poderá vir a baila novamente no âmbito das discussões da reunião do SBSTA que ocorrerá no meio da Conferência. Outro tema é a finalização do trabalho em relação aos artigos 5, 7 e 8 do Protocolo de Quioto, pois tema em Marraqueche não foi concluído, trata-se de uma regulamentação de vários artigos que se relacionam com a atuação dos *experts review teams*, da preparação das comunicações nacionais dos inventários, etc. A outra questão que temos é a de LULUCF, uso da terra mudança no uso da terra e florestas, tema este que a Dra. Thelma e o Dr. Gylvan lideraram e muito no Grupo dos 77 e que ainda persiste embora tenhamos alcançado um consenso em Marraqueche. O que persiste e um trabalho de definições sobre floresta e Dra. Thelma tem participado de vários seminários e reuniões a esse propósito, é um assunto que vem merecendo nossa atenção porque é extremamente sensível seja do ponto de vista de mudança do clima especificamente que é onde este exercício está se dando, mas também pela sua repercussão para outras negociações em matéria de floresta como são as que temos no âmbito das Nações Unidas em seu Fórum de florestas. Por isso este tema é tão importante. Finalmente, há um tema também de muita importância que é a questão das Comunicações Nacionais não Anexo I, o Dr. Miguez tem trabalho bastante nesta questão é uma série de diretrizes para estas Comunicações Nacionais e o prolongamento ou não de um mandato de um grupo de peritos e o Dr. Miguez tem sido o coordenador do Grupo dos 77 nesta matéria. O grupo dos 77 apresentou ao Secretariado uma proposta e entendo que este papel venha ser considerado na durante a COP. Disse que no momento eram essas as colocações o caso o Ministro achasse os envolvidos com a parte mas científica poderiam dar maiores esclarecimentos.

O ministro Sardenberg, pergunta ao Dr. Gylvan o que ele acha.

Dr. Gylvan disse que apenas alguns destes temas mais sensíveis tem itens na agenda. Aproveito a oportunidade para elogiar o trabalho do Itamaraty na preparação das instruções para Conferência que é uma Conferência nova depois de Marraqueche e que tinha um trabalho definido. Como esta é mais complicada e mais difusa foi investido um número grande de horas em reuniões no Itamaraty com outros ministério e a qualidade das instruções esta extremamente boa.

#### **4. Declaração conjunta do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do Chanceler Gerhard Schröder em Joanesburgo, durante a Rio+10, sobre aquisição de veículos automotores movidos a álcool etílico hidratado no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo**

O Ministro Sardenberg iniciou dizendo que a decisão pressionada apenas por ocasião da visita do Chanceler Shroder ao Brasil, em fevereiro. E deu margem a uma série de entendimentos entre os dois governo com a participação do Itamaraty e do MCT levando a uma troca de cartas em junho e julho deste ano quanto a possibilidade de fazer um anúncio a esse respeito durante a Conferência em Johanesburgo. Estes entendimento, prosseguiram com êxito importante, embora ainda não se houvesse fechado inteiramente o problema quando chegou a Conferência.

Na Conferência houve um encontro entre o Chanceler e o Presidente, um encontro difícil de organizar porque o Chanceler passou apenas algumas horas em Johanesburgo porque estava em campanha. Houve uma decisão de apoiar este projeto e uma decisão de submete-lo a uma força tarefa bilateral que deveria apresentar um projeto de relatório final dentro de 3 meses. Pergunto ao Dr. Gylvan com estava o andamento.

Dr. Gylvan fazendo uso da palavra disse que a última tratativa feita através do Embaixador Denhoir, em Berlim, esta prevendo que em algum momento durante a reunião em Nova Delhi, haveria um conversa rápida sobre o assunto e que os alemães transmitiam as dúvidas, em

preparação para uma visita importante de vários dias ao Brasil que acontecerá em meados de novembro.

O ministro ressaltou que pelo próprio calendário fixado na haveria nenhum problema que cause ansiedade por que senão essa reunião não seria marcada para o final de novembro. Além disto, no plano interno colocou-se a questão da subvenção econômica que foi objeto de negociações entre o MCT e o MIDIC e agora o respectivo Projeto de Lei já foi submetido ao Congresso, esperamos que até o final do ano ele seja aprovado e que possa ser incluído na proposta orçamentária 25 milhões de reais para o ano que vem para este projeto que evidentemente vai se desenvolver em mais de uma ano, mas pode ser que se acelere muito e necessite nova ação legislativa em tempo apropriado, esta é a situação atual.

## **5. Regulamentação Nacional do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo**

O ministro Sardenberg disse ser este o item mais importante pois trata da regulamentação do MDL, uma vez que já estamos sobre tensão de interesse e nesta questão do aproveitamento do MDL seria conveniente a preparação da minuta de regulamentação, propôs que esta tarefa fosse passada ao Secretário Executivo da Comissão, mas que se operasse com indicação de representantes do diversos ministérios que compõe a Comissão e que desejem participar dos trabalhos. Ressaltou que é uma tarefa intelectualmente interessante e desafiadora no sentido que duas ordens de consideração estarão presentes, primeiro o interesse de regulamentar e segundo o fato de estarmos numa estrutura competitiva e não podemos errar e fazer um regulamento excessivamente complexo porque isto diminuiria a competitividade do Brasil em termos de acesso a este mecanismo de maneira que não é exatamente fácil encontrar este meio termo, encontrar o ponto em que o regulamento começa a afetar as condições de competitividade no sentido negativo para o Brasil.

Pediu comentários sobre a questão e a aceitabilidade do mecanismo que estava propondo, porque no fundo é apenas uma proposta.

A representante do Ministério do Meio Ambiente disse que o MMA já concordava com a proposta e acha oportuna e gostaria de participar do grupo e de alguma forma oferecer alguma contribuição. O MMA já havia trabalhado um pouco envolvendo a COPPE e bastante massa crítica na proposição de critérios adicionais para aprovação de projetos, este material já foi enviado à Comissão conforme consta na última ata e fica com subsídio já preliminar para comissão e que gostariam muito de integrar o grupo.

O ministro Everton Vargas, representante do MRE disse que o Ministério concordava integralmente, com a avaliação feita sobre a dimensão que a regulamentação deve ter. Acredita que tem que ser uma regulamentação que reforce as credencias competitivas do Brasil que já são muitas, sem esquecer os acordos de Marraqueche também já estabeleceram uma regulamentação bastante minuciosa sobre MDL e que já estava estabelecida e funcionado com a participação do Dr. Gylvan, como representante da América Latina e do Caribe, na junta Executiva do CDM. Isto faz com que a nossa regulamentação tenha que levar muito em conta este trabalho feito no plano global, a idéia de se ter uma força tarefa a qual o Itamaraty se associaria com grande interesse é muito boa apenas seria bom buscar um representante da comunidade científica de cada órgão interessados nesta questão inclusive tendo em vista que - isto é um julgamento pessoal e não gostaria de comprometer o Itamaraty nesta questão - devêssemos trabalhar com um horizonte de terminar esta regulamentação se possível até dezembro. Porque o futuro governo qualquer que seja ele ao se defrontar com esta matéria vai ter que tempo para pensar nesta complexidade de assuntos, termos e jargões que existem nesta questão creio que se já tivéssemos alguma coisa já terminada isto seria

bom e nada impede que o futuro governo queira reformar isto. Mas pelo menos haverá um *lowd pet* que permitirá por algum tempo que eventuais projetos possam ser acolhidos.

O representante do Ministério de Minas e Energia disse que o ministério já vem fazendo o dever de casa e também gostaria de participar do grupo de trabalho.

O ministro considerou que as sugestões feitas foram aceitas e que o oferecimento de MMA e MME são muito bem vindas isto é uma questão que marcará a vida da Comissão Interministerial e é um desafio ao qual se deve responder.

## **6. Definições e Modalidades para inclusão de atividades de projetos de Florestamento e Reflorestamento no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo**

O ministro Sardenberg passou a palavra para Dra. Thelma Krug, Co-Presidente do grupo de contato sobre o tema no SBSTA.

A Dra. Thelma disse que com o conhecimento de todos a COP requisitou ao SBSTA que desenvolvesse definições e modalidades para inclusão de reflorestamento, florestamento no MDL e que levasse em consideração as questões relacionadas a não permanência, as questões de fuga, adicionalidade, impactos socioeconômicos e ambientais, inclusive impactos na biodiversidade e sendo guiados pelos princípios que regulam sua utilização dentro do MDL. Existem duas questões dentro destes princípios e eles totalizam seis, mais dois deles são especificamente importantes para notarmos, um que se refere a reversão da utilização de qualquer crédito de LULUCF ao país que o utiliza do Anexo I e a segunda questão seria de se eliminar da contabilidade de carbono os efeitos naturais e os efeitos indiretos daqueles que são diretamente promovidos pelo homem. Com se sabe na Convenção e consequentemente o Protocolo de Quioto só se contabiliza o carbono promovido pela ação antrópica diretamente promovido pelo homem. Gostaria de primeiramente falar das questões de definições, no SBSTA 16 este tema foi muito rapidamente abordado o G77 e China acordaram que não se deveria reabrir a questão de definições, mas alguns países estão insistindo que seja reabertas até a definição do que é reflorestamento, do que é floresta, do que é florestamento, o que na verdade só podemos entender que seja para acomodar algumas atividades que não estariam contemplados nas definições do jeito que elas estão. Entendemos que na próxima reunião do SBSTA que vai ocorrer durante a COP 8, não deverá ser reaberta porque ela continua polemica, entendo que dentro dos assuntos que estão para ser ainda abortados o da permanência é o que mais deverá requerer a atenção das partes. Diferentemente dos outros setores a questão da permanência é específica do setor de LULUCF devido ao caráter temporário da remoção do carbono em projetos de reflorestamento e aflorestamento, então esta questão está bastante complexa porque as partes não estão nem próximas de chegarem ao um consenso de como realmente olhar para esta questão. Obviamente a preocupação é assegurar em qualquer tipo de negociação que a reversão da creditação esteja em algum ponto revertido ao país que utilizou estes créditos. de outra forma que estaríamos colocando em risco a questão de soberania, estaríamos fazendo com que os estados ficassem responsáveis eternamente pela permanência do carbono armazenado em seus territórios. Independentemente de como as negociações vão se desenrolar nossa postura será sempre de assegurar esta reversão, obviamente os países estão cientes de uma creditação temporária através do MDL e acredito que este assunto vai merecer maior parte das discussões na próxima reunião do SBSTA. Com relação a questão de eliminação dos efeitos que não são diretamente promovidos pelo homem o IPCC está olhando esta questão, e certamente estará dando diretrizes para que a contabilidade seja feita de maneira a assegurar a integridade ambiental da Convenção e do Protocolo.

Ministro Everton fez uma intervenção dizendo que gostaria de sublinhar a importância deste exercício do qual a Dra. Thelma está participando trata-se de um exercício que esta sendo feita no âmbito da Convenção do Clima e cujas repercussões não serão adistritas á Convenção e ao Protocolo de Quioto, mas certamente extrapolarão para outros fóruns negociadores como é o caso da questão das floresta tratada no âmbito das Nações Unidas. Nós sempre tivemos no âmbito das Nações uma posição definitiva com relação a não admitir uma definição de floresta, havia um ensaio de definição da FAO que nós objetamos por ser uma coisa que não era adequado. Nas negociações do grupo de trabalho sobre este tema acho importante levar em conta também as propostas de ação que foram adotadas pelo Fórum Intergovernamental de Florestas e pelo Painel Intergovernamental de Floresta para ter aquilo com referência, não que necessariamente que entre, mas precisamos ter esta visão política da extrapolação de o que pode se fazer com essa questão das definições.

O Ministro Sardenberg salientou que o Ministro Everton tinha razão, por que durante sua vida profissional tinha vista várias vezes isto acontecer quando se discutia o tratado da lua que abrange não só a face conhecida mais o outro lado da lua também e na verdade o que estava se discutindo era a questão do mar, toda a discussão era sobre o mar fora da jurisdição territorial. Era para criar o precedente para Conferência do Mar.

Dra. Regina Gualda, representante do MMA reafirmou o interesse do ministério que é responsável pela política florestal no Brasil de apoiar, acompanhar e subsidiar os trabalho da Comissão e os trabalhos da Dra. Thelma.

## **7. Relato sobre as reuniões do Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo**

O ministro solicitou que o Dr. Miguez fizesse um relato verbal o por escrito de maneira que o foi comentado no início da reunião pudesse ser objeto de consideração por parte dos membros que não puderam esta presentes na primeira parte da reunião. Especificamente, um ponto que parece importante é o ponto 5 sobre a regulamentação de MDL e nesse ponto o que se procura é atribuir ao Secretário Executivo a tarefa de preparar um minuta de regulamentação mais que ele faça essa preparação junto com representantes dos ministérios que desejarem participar.

Em seguida pediu ao Dr. Gylvan que fizesse um relato sobre a reunião do Conselho Executivo do MDL.

Dr. Gylvan disse, que a maneira mais fácil de saber o que esta acontecendo era acessar o site unfccc.int, procurar o link CDM. Esse ano a junta executiva se reuniu 6 vezes, o trabalho tem sido intenso e o objetivo é claro e ele será atingido é que no dia que o Protocolo de Quioto entrar em vigor toda regulamentação do lado internacional esteja feita. Destacou dois aspectos um a finalização que deve ocorrer ainda este ano dos critérios de credenciamento das entidades operacionais que é quem vai efetivamente fazer a certificação das reduções de emissões, eles serão pagos para isso, a tendência é que será grandes grupos de auditorias de controle de qualidade. Nós sabemos que esses nomes famosos KPMG, Prince Water House e outros têm grande interesse nesta questão. Fica uma pergunta interessante que um dia me fizeram, as subsidiarias brasileiras dessas grandes empresas têm demonstrado grande interesse nisso, então esses critérios ficaram prontos rapidamente para o credenciamentos das entidades operacionais. A outra coisa que é de suma importância é a finalização de um documento chamado PDD sigla em inglês *Project Design Document*, que é o formulário através do qual será feita a submissão do projeto para certificação da redução de emissão em duas fases, primeiro a linha de base e depois com o tempo da efetiva redução. Um último comentário é que tem prevalecido nas reuniões da junta executiva a idéia de não evitar a introdução artificial de complicações que teriam o efeito de aumentar o custo de

transação dos projetos e ao mesmo tempo manter a clara integridade do projeto sobre todos pontos de vista. A junta executiva tem procurado fazer isso no plano internacional não é fácil fazer isso porque há conflito das duas visões e uma decisão importantíssima que a junta tomou e que afeta esta Comissão e a seguinte. Em Marraqueche foram escritos critérios bastante detalhados de outras considerações sobre o MDL, que não pode ter impacto negativo sobre a biodiversidade, etc. Houve um debate extremamente interessante sobre quem deveria julgar se os acordos de Marraqueche estão sendo cumpridos e claramente há duas possibilidades ou é a junta executiva ou a entidade operacional como seu preposto que faz isso, o que exigiria que os projetos fossem preparados em português com tradução juramentada para o inglês e um grupo internacional vai julgar isto ou a interpretação de que compete a autoridade nacional designada que no nosso caso é esta Comissão assinar um papel dizendo que o projeto está enquadrado nas diretrizes de Marraqueche. Prevaleceu a idéia de que a segunda opção é que vale ou seja, o lado internacional pedirá um papel ao ministro com Presidente da Comissão declarando que as diretrizes de Marraqueche estão sendo cumpridas porque transfere o ônus disto para as Comissões.

O Ministro Everton endossou o que o Dr. Gylvan disse, ressaltando que legalmente só poderá ser exigido daqueles que venham fazer investimentos em projetos no Brasil o cumprimento das regulamentações de Marraqueche se elas estiverem formal e efetivamente incluídas no ordenamento jurídico brasileiro, Não nos esqueçamos de que ao contrário da Convenção que claramente está pelo processo de ratificação e agora o Protocolo incluído no ordenamento jurídico brasileiro os acordos de Marraqueche não têm o caráter coercitivo da Convenção e do Protocolo, portanto, a interpretação é de se fazer na legislação a ser adotada, uma transcrição destes textos.

Dr. Sérgio Besserman, representante do Ministério do Planejamento, disse que seria importante fazer uma sondagem sobre as subsidiárias das entidades que estarão credenciadas para fazer o credenciamento no Brasil e a partir daí averiguar se é válido exercer alguma atividade de fomento para que o INMETRO ou qualquer entidade pública também exerça em paralelo nas empresas privadas o trabalho de credenciamento. Em conversa com o presidente do INMETRO ele demonstraram interesse, ele tem se aproximado, sei que há um esforço no contexto de recursos escassos, acho que isto só ocorrerá se houver uma sinalização que é conveniente mais tarde acho válido pensarmos em realizar esta sondagem junto às principais empresas brasileiras que poderiam está avançando nesta direção.

O Dr. Gylvan salientou que com relação aos recursos que o dono do projeto deveria pagar porque a Prince Water House Cooper e outras não vão fazer isto de graça.

O Ministro Sardenberg disse a dúvida na questão era como se poderia associar uma entidade como o INMETRO neste processo e que seria necessário um fomento para isto. Perguntou se isto não seria uma atividade intergovernamental porque a rigor é uma atividade do MDL assim com tem transferência de tecnologia, poderíamos pensar em um esquema que desse algum financiamento aos países em desenvolvimento não só para o Brasil para que entidades públicas pudessem também participar deste processo.

Dr. Gylvan interveio dizendo que na linguagem da Convenção isto significa exatamente na revisão que sempre ocorre das diretrizes da COP, utilização de recursos do GEF, a inclusão de fortalecimento de capacidade para isto, as discussões com o GEF nunca são fáceis porque a Convenção da uma diretriz e o GEF faz o que ele quer e é uma eterna queda de braço.

O Ministro Everton perguntou se uma entidade governamental pode ser credenciada como entidade operacional?

Dr. Gylvan disse que a única restrição que há é que não pode haver conflitos de interesse, uma entidade não pode simultaneamente se credenciar com certificadora e como interessada no projeto.

Com relação ao que havia sido dito pelo Dr. Sérgio Besserman, Dr. Miguez informou que estavam sendo mantidas conversas com o BNDES para tentar comentar não só apresentação de projetos no âmbito do MDL, como também através dessa apresentação de projetos comentar o desenvolvimento de certificadores nacionais. Criaríamos um mecanismo interno dentro do BNDES que propiciaria a gestão dessas certificadora e eles obrigariam que a certificadora nacional se credenciasse junto ao Executivo Board. A outra idéia é que estamos trabalhando com o Prof. Goldemberg da SMA São Paulo, no sentido de criar certificação no âmbito do ITP e da CETESB, seria uma outra alternativa. Tenho conversado com o pessoal do CONPET e do PROCEL dentro da estrutura energética também no mesmo sentido de fomentar esta atividade de certificação, junto com a Embrapa, quer dizer, que com relação a Embrapa seria este caso que o Ministro Everton Vargas falou que haveria potencial interesse entre elaboração de projeto e certificação. O que fala na regulamentação que foi acordado em Marraqueche e que pode haver isto, desde que se crie duas pessoas jurídicas diferente e que aja uma clara divisão de trabalho e de certificação, tem que ter uma garantia dada por estas entidades jurídicas que não haverá este conflito. Mas não está proibido dentro da regulamentação de Marraqueche.

#### **8. Cartas de aprovação para os projetos no âmbito do programa CERUPT e do IFC patrocinados pelo Governo dos Países Baixos**

O Ministro Sardenberg passou a palavra ao Dr. José Miguez, para fazer o relato.

Dr. José Miguez deu início dizendo que houve uma solicitação do governo dos Países Baixos no âmbito dos programas CERUPT e um acordo de investimento do IFC do Banco Mundial para que emitíssemos carta de aprovação em 3 projetos, dois no âmbito do CERUPT que seria co-geração de bagaço de cana da Usina Termelétrica de Catanbuva e aproveitamento de metano no aterro sanitário da ONIX e um terceiro projeto no âmbito do programa de investimento do IFC com o governo dos Países Baixos que seria a substituição de Coque por Carvão da Mannesman Tubes. Foi feito em caráter excepcional uma carta assinada pelo ministro Sardenberg que foi imediatamente submetida uma carta consulta a todos os membros da Comissão para que desse anuência a esse tipo de procedimento tendo em vista que a Comissão ela não tem atribuição específica, a atribuição específica foi dada no Decreto do MDL e isto não se trata de projeto no âmbito do MDL . Recebemos até agora uma resposta do MMA dando anuência ao procedimento.

O Ministro Sardenberg disse que estariam mais confortáveis se tivéssemos esta anuência, porque não acha bom como procedimento para adiante que fossem dadas cartas , neste caso foi apenas porque sabemos na noite de uma 5ª feira e tínhamos que da anuência ou não até as 12h00 do dia seguinte, se não as empresas estavam automaticamente eliminadas do processo. Então tomei essa iniciativa em caráter excepcional com essa preocupação e ainda sim abrir o debate dessas questões aos membros do Comissão do nosso ponto de vista é uma decisão *ad-reverendu* da Comissão.

Dr. Miguez, informou que o processo foi enviada a todos os membros da Comissão juntamente com a carta para que os membros da Comissão dessem anuência ao que havia sido feito. Disse que com relação a esse procedimento gostaria de informar que a Secretaria Executiva da Comissão havia recebido mais projeto no âmbito do IFC com os Países Baixos que seria outra Usina de cana-de-açúcar e de uma Usina de Álcool e um outro projeto dentro de um novo programa que foi criado pelo Banco Mundial sobre floresta. Foi criado um novo fundo ao estilo do PCF chamado BCF

*Biomass Carbon Fund*, já com vista a incentivar projetos pilotos em florestamento e reflorestamento e nós já recebemos um primeiro projeto que este pedindo a carta de aprovação. Então esse tipo de solicitação será cada vez mais freqüente com a proximidade da entrada em vigor do Protocolo de Quioto.

A representante do Ministro do Meio Ambiente disse que o MMA já havia se manifestado que concordava com o Ministro Sardenberg que o trabalho de regulamentação seja feito o mais rápido possível para quando um Ministro de Estado ou a Comissão quando forem aprovar projetos os critérios já existam evitando que fiquem numa posição desconfortável.

O ministro Everton disse que recebeu a consulta e que estavam de acordo com ela o MRE estava enviando uma carta ao Secretário Executivo da Comissão em resposta a consulta que feita em sentido positivo. Disse concordar integralmente com a Dra. Regina Gualda, efetivamente esta regulamentação é importante inclusive para que nós na regulamentação deixemos claro que as empresas que venham fazer projetos aqui apresentem os projetos com tempo hábil para análise das autoridades brasileiras. Isto seria importante para que as coisa não fiquem soltas e necessário que se tenha uma parte institucional bem forte.

Dr. Gylvan fez um comentário sobre o fundo Bio do Banco Mundial dizendo que ele precisa de uma consideração extremamente cuidadosa, no anuncio, eles dizem claramente que este fundo se destina a promover plantio e conservação de floresta e eles próprios reconhecem explicitamente que pretendem transitar numa zona meio cinza admitindo que alguns processos serão *Quioto Compatible* “compatíveis” com o protocolo de Quioto e outros não serão. Isto porque na parte de tratamento de florestas no Protocolo de Quioto é estritamente sobre o ponto de vista da mudança do clima, tem essa complicações de soberania, permanência e efeitos indiretos, etc. Existe um preocupação que o Banco Mundial tenda a impor com a força que o dinheiro projetos que na realidade não se enquadrem na regulamentação de Quioto com o argumento, correto aliás, que terão outros benefícios ambientais em biodiversidade e coisas assim. Embora a responsabilidade pela certificação da redução de emissões seja uma responsabilidade internacional receio que eles forcem a mão é preciso ser visto com muito cuidado.

Com relação aos questionamento sobre as cartas de não objeção o Dr. Miguez, disse que esta não é uma atribuição da Comissão, uma vez que o decreto diz que a atribuição da Comissão é de aprovar projetos no âmbito do MDL e não se pode dizer que este projetos estejam no âmbito do Protocolo de Quioto, porque o protocolo não entrou em vigor, então essas cartas não tem valor jurídico neste sentido. A solicitação do ministro em reuniões anteriores foi que fizéssemos um consulta a cada Consultoria Jurídica de cada ministérios membros da Comissão sobre a validade e quais as implicações de prover este instrumentos ou carta de não objeção quando não era atribuição da Comissão. Tivemos pareceres diferentes de cada consultoria com era esperado caso seja necessário podemos uma compilação do que nós recebemos. Mais em suma, a tese prevalecente e que se trata de uma decisão de caráter administrativo do governo, ela pode ser revogada caso a Comissão considere que alguma condição não está prevalecendo mais por que é simplesmente é uma decisão administrativa. São estes dois pontos que queria levantar, primeiro não é uma carta da Autoridade Nacional Designada como dito no Protocolo de Quioto porque a Comissão tem esse caráter mais como o Protocolo de Quioto não esta em vigor esta carta não tem caráter formal, inclusive porque não definimos essa carta ainda na Comissão, nós temos que fazer um texto que seja aprovado pela Comissão e essa será a carta de aprovação, inclusive podemos criar um logo de Autoridade Nacional Designada e submeter à Secretaria de Convenção de tal maneira que só seja reconhecida com carta de aprovação as cartas que tiverem a assinatura do Presidente da Comissão, o logo e o texto aprovado pela Comissão.



## **9. Relato sobre o Seminário sobre a Proposta Brasileira realizada em Bracknell, Reino Unido em 27 e 28 de setembro de 2002**

Dr. Gylvan deu início dizendo que como era do conhecimento o governo brasileiro de 1997 durante as negociações do Protocolo de Quioto, propôs como critério para diferenciação dos compromissos de redução de emissões dos países do Anexo I na época onde havia um debate com alguns países dizendo que a redução de emissão tinha que ser igual entre todos os países, isto cria problemas seríssimos porque a título de exemplo na Noruega diminuir 1% das emissões é muito mais caro do que na Alemanha por uma razão muito simples, toda a energia da Noruega é hidrelétrica para se reduzir as emissões tem que ser com carro ou caminhão fazer carro elétrico isto é caríssimo, Enquanto na Alemanha é só fechar algumas minas de carvão. No meio dessa discussão e também porque estava sendo colocado na mesa de que os países em desenvolvimento deveriam fazer redução de emissão. O governo brasileiro apresentou uma proposta no sentido aplicar na prática o princípio do poluidor pagador ou da responsabilidade comum mais diferenciada, essencialmente dizendo que o ônus econômico incorrido por cada país do Anexo I deveria ser proporcional a sua responsabilidade efetiva pelo aumento da temperatura. Isso na Conferência das Partes em Quioto que além de adotar o Protocolo, disse: esta idéia é interessante vamos estudar formalmente os aspectos científico e metodológico da proposta brasileira e este assunto vem andando nas reuniões do SBSTA que foi encarregado e apareceram essencialmente duas questões sobre se é possível fazer isto. Uma delas tem haver com a não linearidade entre a emissão e o aumento da temperatura a relação entre causa e efeito não é um reta é uma curva e fica a pergunta como se lida com isto e o que se tem dito lida como os economista fazem trabalham na margem. A segunda questão levantada é a seguinte, existem efeitos que causam da mudança do clima que não são atribuíveis de acordo com a Convenção e o Protocolo o exemplo mais obvio e a formação de aerossóis devido ao sulfatos porque tem gente que queima carvão com enxofre isto tem um efeito até contrário porque diminui e a vários outros exemplos do CFCs porque eles são controlados pelo Protocolo de Montreal. Fica a pergunta se esses efeitos dessas causa que não são objeto de atribuição jurídica se isto afete o problema de atribuição. Houve um seminário em Bonn onde um grupo de peritos chegou a conclusão que dá para ser feito e sugeriu na última reunião do SBSTA que fosse feito pedido para que a Secretaria colocasse isto em prática e isto foi feito com ajuda do Centro de Previsões Climáticas de Hadle na Inglaterra.

Na reunião do SBSTA a sugestão é que seja dado mais um mandato para Secretaria para prosseguir com esse esforço que esta extremamente bem encaminhado e do jeito como as coisas vão creio que mais ou menos seis meses teremos um consenso exatamente de como resolver o problema, dada um aumento de temperatura hoje e dadas as emissões de cada país e como é que se atribui esse aumento de temperatura aos países individuais e para o futuro que é interessante o problema é a atribuição de causa mais matematicamente o problema é simétrico é também uma atribuição de efeito ou seja se emitir o que acontece com a temperatura para o futuro. No momento em que politicamente, porque já passou Marraqueche, ainda que informalmente se comece a discutir os compromissos dos países industrializados para o segundo período de compromisso, volta toda discussão de princípios de 10 anos atras sobre a se China emite mais do que Luxemburgo aquela historia que foi relatada volta a ser politicamente importante ter mesa a proposta brasileira para ajudar a balizar a discussão necessariamente política sobre a repartição de ônus entre todos os países.

Dr. Sérgio Besserman fez um comentário dizendo que gostaria de endossar que num horizonte temporal que não é tão remoto pode ser de uma extraordinária importância da negociação do tema e não deixará de ter implicação sobre muitos outros temas também esse é um dos poucos temas em que é possível quantificar responsabilidade histórica. Perguntou qual seria a data de referência de consideração.

Dr. Gylvan respondeu que todas as pessoas envolvidas são todos cientista, trabalham para governo ou seja não há nenhum cientista inocente todos sabem separa bem as coisas, nessa discussão sobre os aspectos científicos e metodológicos tem sido tomado um cuida extremo de dizer que a data de início da consideração não é um problema científico e sim político ou seja os cientista não vão se pronunciar sobre isso, mas será dito serão 3 ou 4 variáveis convencional e portanto será bem explicado e trazido para mesa de negociação.

Disse ainda, que este é o único caso em que se pode colocar na mesa a responsabilidade histórica dos países porque o normal é você partir do Status Quo quer dizer o passado foi apagado.

O Ministro Everton disse que este tema é extremamente importante do ponto de vista de se procurar saber com base inclusive nas mudanças do clima atribuir por exemplo responsabilidades ou tentar atribuir causa para perda de biodiversidade isto é um outro lado que não tem nada haver com a mudança do clima, mas que vai se usar a mudança do clima com este propósito a mesma coisa como se fosse floresta. Será que o problema de fogos florestais que aconteceram no passado não foram em parte causados pelo aumento da temperatura? A minha visão é que isto tem um potencial enorme. Não nos esqueçamos que em Quioto, houve na verdade uma decisão política no sentido de atribuir as metas.

Dr. Gylvan disse que o ano de 1990 foi adotada por que foi a datada do primeiro relatório do IPCC que formalmente antes de 1990 os governos não tinham conhecimento de que havia um problema como o IPCC foi criado pela Assembléia Geral da ONU e produziu um relatório em 1980 e 1990 de 1990 em diante ninguém podia alegar ignorância.

#### **10. Relato sobre o Seminário para a apresentação dos relatórios de referência para o Inventário Brasileiro de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal, realizado no MRE, de 13 a 15 de agosto de 2002.**

O Secretário executivo fazendo uso da palavra disse que a pedido do Ministro Sardenberg foi feito uma apresentação não propriamente do Inventário e da Comunicação Nacional porque não estão terminados, mas dos relatórios que foram contratos ou estabelecidos para preparar documentos de referência que serviram de base para elaboração do Inventário e da Comunicação Nacional. Foi feito um seminário no Ministério das Relações Exteriores de 13 a 15 de agosto, foram apresentados 15 relatório de diversos setores de atividade de Gases de Efeito Estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal ou seja no setor energético, industrial, de produção e consumo de solventes, a parte agropecuária, tratamento de resíduos e mudança do uso da terra e floresta.

Nesses setores cada relatório são abertos as emissões de todas as fontes e todos os gases em cada setor que são atribuíveis ou tem metodologias explicitadas na metodologia adotada que é do IPCC. No caso Brasil além da metodologia do IPCC fizemos uma tentativa de estabelecer as emissões no caso de reservatórios de hidrelétricas pois havia um debate muito grande no Brasil. Apresentamos também o documento da segunda parte da Comunicação Nacional que é a parte de providencias tomadas pelo país para implementar a Convenção que faz um retrato do que foi feito desde 1994 quando o Brasil ratificou a Convenção para tentar agir no sentido de reduzir as emissões e combater a mudança do clima no país. A maioria destes relatórios já estão disponíveis na internet para consulta no nosso site, estão disponíveis também na medida do possível em inglês e espanhol para uma ampla divulgação no nível internacional.

Esperamos concluir todos os relatório de referência e consolidação para que seja possível submeter a Comunicação Nacional até o final do ano ainda neste governo.

Dr. Sérgio Besserman disse está na Comissão como representante do MPO e não com presidente do IBGE e gostaria registrar que a continuidade deste trabalho tem sido extremamente produtivo e eficiente o trabalho do Dr. Miguez, Dr. Newton e dos demais presentes que trabalham diretamente com inventário também ressaltar as pressões são absolutamente legítimas para que o IBGE no conjunto de pesquisas que elaboram estatística primária ou informações úteis para que incorpore melhor as variáveis pesquisadas que possam ser úteis para o inventário. Este trabalho que pode ser realizado de forma contínua para as pesquisa que o IBGE utiliza todo ano e que chamamos pesquisas estruturais. O IBGE tem no ano de 2003 que preparar do censo agropecuário que pretendemos apresentar se houver condições orçamentárias em 2005 e outro censo agropecuário só será realizado em 2015 possivelmente é uma oportunidade única para incorporar no censo todas as necessidades do inventário.

## **11. Outros assuntos**

Não foram discutidos outros assuntos neste reunião.